

giorgio agamben:

sujeito, tempo e relações políticas na contemporaneidade

Fabiana Carneiro da Silva¹

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

A leitura dos textos de Giorgio Agamben tem provocado diversas, e muitas vezes controversas, reações no campo da teoria literária. Detentor de um projeto intelectual ousado, Agamben propõe uma reflexão que vise a um certo, e original, tipo de reunificação humanista, um pensamento que conceba o homem moderno como resultante da desconexão entre um elemento político e outro elemento vivente, e, a partir desse

pressuposto, possa pensar de novo modo as relações entre potência e ato.

No intuito de superar lógicas binárias e transformar dicotomias em polaridades, isto é, "oposições substanciais num campo de forças percorrido por tensões polares que estão presentes em cada um dos pontos sem que exista alguma possibilidade de traçar linhas claras de demarcação"³, Agamben estabelece diálogo com diferentes teóricos e matrizes intelectuais, tais como Platão, Aristóteles, Derrida, Benjamin, Foucault e Marx. Seu esforço é o de pensar um tipo de política alternativa, que possa desinstalar o poder já instituído sem, contudo, instaurar outra instituição em seu lugar. Para isso, Agamben elabora fortes críticas ao estado de direito e defende proposições em favor da ideia de In governável, que seria, enquanto ponto

¹ Mestranda pelo departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP. Email: fabicarneirodasilva@yahoo.com.br.

² A multiplicidade de formas com que o autor vem sendo recebido é observável, por exemplo, pela constatação das principais editoras que o tem publicado no Brasil, a saber, Boitempo e UFMG, selos cujas linhas editoriais possuem notórias diferenças.

³ Flavia Costa, "Entrevista com Giorgio Agamben", s/p.

de fuga do atual paradigma, um modelo político ainda por se conceber.

O livro *O que é o contemporâneo? e outros ensaios* reúne três ensaios que, apesar da diferença em termos de linguagem – os ensaios foram apresentados primeiramente em situações de comunicação oral, e parecem mais claros e concisos em relação aos outros textos do autor, os quais possuem uma escrita fragmentária e digressiva – retomam as questões do projeto de Agamben e estabelecem entre si uma relação suplementar, no sentido derridiano, na qual o estatuto do sujeito, do tempo e das relações políticas são pensados em sua inserção na atual fase do sistema capitalista.

Em “O que é um dispositivo?”, texto que abre a coletânea, Agamben realiza um trabalho filológico com o conceito de “dispositivo” da obra de Foucault para depois, atingido o momento de “indecidibilidade” do termo, construir seu argumento em direção própria. De acordo com ele, o sistema capitalista encontra-se num momento em que os dispositivos acumulam-se e proliferam-se de modo inédito. O termo “dispositivo” aqui é concebido de forma estendida em relação ao uso foucaultiano, isto é, para além das prisões, manicômios, escolas, fábricas, etc., passa a denominar “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes”, ou seja, são concebidos como dispositivos: “a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia (...) os computadores, os telefones celulares e – por que não – a própria linguagem”⁴.

A coadunação desses dispositivos com os interesses do governo, bem como o ímpeto regulador presente na definição do conceito por Foucault mantém-se. No entanto, para Agamben,

a função subjetivadora que esses dispositivos operavam (por meio do controle, disciplina e violência), hoje, foi substituída por um processo de dessubjetivação que resulta na formação de sujeitos espectrais e impossibilita a política, já que esta pressupõe sujeitos reais⁵.

Em sua origem, como nos explicita o autor, “dispositivo” se assemelha ao campo semântico do paradigma cristão de oikonomia – isto é, administração, gestão, que logo passa a ser gestão divina, do oikos (casa). Logo, toda ação do dispositivo está vinculada à manutenção de um regime governamental (administrativo), que, no caso do sistema capitalista, assume a feição religiosa de algo incontestável.

Diante da negatividade deste contexto, em que os seres estariam reduzidos a condição de larvas ou espectros, Agamben propõe uma ação que possa fazer frente ao desenvolvimento complexo dos dispositivos: a profanação. Ou seja, uma prática crítica que seja capaz de abolir a separação que constitui o que é sagrado e restitua tais mecanismos ao campo do humano; ou, ainda, que desenvolva novos e incongruentes meios de uso do sagrado. Em tempos em que o espetáculo e o consumo imperam e reduzem as coisas ao seu valor de exposição, a profanação, como contradispositivo, teria o potencial de converter os objetos de volta ao uso comum e questionar os vínculos entre tais dispositivos e o interesse governamental.

Apesar de ter como objetivo a neutralização daquilo que profana, notamos, que essa volta crítica ao âmbito do comum, do humano, contudo, não estaria isenta de certa aura que

4 Giorgio Agamben, *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*, p. 40-1.

5 Agamben fornece exemplos do que seria esse processo de dessubjetivação. Ao contrário do dispositivo confessional, analisado por Foucault, em que um sujeito nega algo de si em favor de outra subjetividade, no dispositivo televisão, por exemplo, a negação de si tem como máxima realização a transformação do sujeito em um índice de audiência. Quanto mais dispositivos, menos sujeitos temos, pois, independente do modo como são utilizados, tais dispositivos estariam, sempre, inclinados a dessubjetivar os indivíduos.

recobriria tanto o objeto profanado quanto o profanador. Nesse sentido, a “saída” oferecida por Agamben, através desse conceito de profanação, pode ser aproximada, no caso da arte, de certo potencial crítico de transfiguração estética, postulado por teóricos como Theodor Adorno.

Em “O amigo” Agamben também dá mostras de sua perspectiva arqueológica, mas constrói sua argumentação, bem como suas proposições centrais, com acento distinto do utilizado em “O que é um dispositivo”. Desta vez ele concentra sua análise nos livros oitavo e nono da *Ética nicomachea* de Aristóteles para refletir sobre as relações entre amizade e filosofia. A partir da classificação do termo “amigo” como transcendente, isto é, passível de se alinhar no grupo das palavras não predicativas, ou dos termos filosóficos carentes de denotação objetiva, identifica, já em Aristóteles, o estatuto ontológico e ao mesmo tempo político do termo.

Enquanto substantivo existencial, a “amizade” implicaria certo compartilhamento da vida. Afirma Agamben que o grau de proximidade entre dois amigos é tamanho que impede a representação do outro como outro. Sendo assim, ao nos defrontarmos com um amigo, estaríamos diante de um “outro eu”, não numa relação de intersubjetividade, e sim de “condivisão”. Essa “condivisão”, que implica um “consentimento”, teria o potencial político capaz de desafiar a atual política, ancorada nos consensos democráticos, e propor um tipo de dessubjetivação na contramão da realizada pelos dispositivos: “No ponto em que eu percebo a minha existência como doce, a minha sensação é atravessada por um ‘consentir’ que a desloca e deporta para o amigo, para o outro mesmo. A amizade é essa des-subjetivação no coração mesmo da sensação mais íntima de si”⁶.

O caráter afirmativo expresso nesse ensaio, reaparece em “O que é o contemporâneo?”. O método da “arqueologia do presente” faz-se mais claro na proposição de que o contemporâneo coloca em ação diversas temporalidades, nas palavras do autor:

A contemporaneidade, portanto, é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa é a relação com o tempo que a *este adere através de uma dissociação e um anacronismo*. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela⁷.

Ser contemporâneo, portanto, implica a instauração da descontinuidade no próprio tempo, a coragem de fixar o olhar na sombra do presente e nele entrever outras temporalidades, isto é, uma temporalidade profética (aquilo que viria do passado), e uma temporalidade messiânica (aquilo que viria do futuro). Tal atitude de diferenciação, bem como de permanência na fratura temporal, se aproxima do que Agamben entende por revolução.

A literatura e a poesia aparecem na obra do filósofo seguindo essa mesma dinâmica: “o olhar para o não vivido, no que é vivido”⁸. Graças a esse atributo, a escrita contém em si a possibilidade da profanação, do gesto revolucionário. Na poesia, poderíamos experimentar nossa própria existência enquanto potência de ser

6 Giorgio Agamben, *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*, p. 90.

7 Idem, p. 59. (Grifos do autor)

8 Vinícius Nicastro Honesko e Susana Scramim, “Apresentação”, p. 19.

e, inclusive, de não ser. Tal possibilidade, contida na literatura, não se esgotaria na transposição da potência para o ato e equivaleria à liberdade. Desse modo, Agamben (re) estabelece a ponte entre literatura e filosofia.

A chave do moderno estaria, então, escondida no arcaico, e da percepção desse arcaico, ou melhor, da relação suplementar entre o arcaico e o presente, depende o contemporâneo. Contudo, esse retorno, a que no início destas considerações fizemos alusão como “reunificação humanista”, é um retorno distinto, um retorno original:

É nesse sentido que se pode dizer que a via de acesso ao presente tem necessariamente a forma de uma arqueologia que não regride, no entanto, a um passado remoto, mas a tudo aquilo que no presente não podemos em nenhum caso viver e, restando não vivido, é incessantemente relançado para a origem, sem jamais poder alcançá-la⁹.

A práxis, o pensamento e a imaginação são mobilizados por Agamben e considerados como inseparáveis para a compreensão dos processos políticos atuais. Transitando entre autores antigos, medievais, modernos e contemporâneos, Agamben elabora proposições que situam-se em um devir e, em muitos momentos, causam-nos dificuldade de apreensão – o que seria exatamente esse Ingovernável? Para quem e em que sentido ele seria melhor que um governo? Quais são as condições materiais necessárias para que a amizade efetive ações políticas? Sem embargo, diante do nihilismo e da visão catastrófica com que grande parcela da crítica literária brasileira tem tratado o presente, talvez, as ideias agambianas

se configurem como um bom contraponto, e o gesto de reflexão sobre elas, um produtivo exercício crítico.

Referências bibliográficas

COSTA, Flávia. “Entrevista com Giorgio Agamben”. In Revista do Departamento de Psicologia, UFF, vol. 18 nº.1, Niterói: Jan.-Jun 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232006000100011. Acessado em 15/03/2010.

HONESKO, Vinicius; SCRAMIM, Susana. “Apresentação”. In AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Trad. Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

⁹ Giorgio Agamben, *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*, p. 70.